

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**EDITAL Nº01/2018**

Caderno de Questões e Gabarito Provisório

**DIREITO**

Data: 20/02/2018 – Horário: 08h00 às 12h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)  
Número de questões: 60 (sessenta)

Questão	Disciplina	Pergunta
1	Direito	Segundo a Lei n. 13.467/2017, na forma do §3º do artigo 2º da CLT, a mera identidade de sócios é suficiente à caracterização do grupo econômico.
2	Direito	Ainda no que diz respeito à caracterização da relação de emprego, na forma do “caput” do artigo 3º do Texto Consolidado, é possível reconhecer-se a figura do empregado a partir da prestação de serviço eventual.
3	Direito	Consoante preceitua o artigo 6º da CLT, “caput”, não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego. No parágrafo único ainda do artigo 6º, há referência que os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.
4	Direito	Segundo o artigo 10-A da CLT, cujo conteúdo foi estabelecido pela Lei n. 13.467/2017, o sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência: I - a empresa devedora; II - os sócios atuais; e, III - os sócios retirantes. No caso de ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, o sócio retirante responderá solidariamente.
5	Direito	Na forma do artigo 403 da CLT, é proibido qualquer labor a menor de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
6	Direito	Autoriza a legislação trabalhista que o empregador exija do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 12 meses no mesmo tipo de atividade.
7	Direito	Com o início da vigência da Lei n. 13.467/2017, passou o artigo 443 da CLT a contemplar a prestação de trabalho intermitente.

8	Direito	No que concerne à estipulação de prazo de vigência para os contratos de trabalho, segundo o artigo 445 da CLT, à exceção do contrato de experiência cujo limite são 90 dias, os pactos não devem ser acordados por mais de 3 anos.
9	Direito	Ainda no que toca aos contratos por prazo determinado, precisamente o artigo 451 da CLT, autoriza a prorrogação do pacto por apenas 03 vezes.
10	Direito	Ao tratar de sucessão de empregadores, o artigo 448-A do Texto Consolidado definiu que, independente da comprovação de fraude, a empresa sucedida responde solidariamente com a sucessora.
11	Direito	Em relação ao contrato de trabalho intermitente, pode o mesmo ser pactuado verbalmente ou por escrito, sendo a convocação expedida pelo empregador ao empregado com pelo menos 05 dias de antecedência.
12	Direito	No caso do contrato intermitente, a recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.
13	Direito	Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.
14	Direito	Serão consideradas como salário as utilidades concedidas pelo empregador, notadamente a educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático, e a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.
15	Direito	No que diz respeito à figura da equiparação salarial, sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado a empregadores diversos, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.
16	Direito	O pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado; em se tratando de analfabeto, mediante sua impressão digital, ou, não sendo esta possível, a rogo.
17	Direito	A Justiça do Trabalho executará, de ofício, as contribuições sociais previstas na alínea a do inciso I e II do caput do art. 195 da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos que homologar.
18	Direito	Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, ficando desde logo desonerado da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução ex officio.
19	Direito	Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal, exceto em se constatando erro material no julgado

20	Direito	Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação, sendo vedado às partes o arrolamento de testemunhas, devendo a matéria de defesa ser restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
21	Direito	Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora.
22	Direito	Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.
23	Direito	Julgar-se-ão em sentenças distintas os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.
24	Direito	A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, desde que alcance 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação do bem, tendo o exequente preferência para a adjudicação.
25	Direito	Concedido parcelamento da dívida previdenciária pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o devedor juntará aos autos a comprovação do ajuste, devendo o Juiz determinar a extinção da execução previdenciária perante a Vara Trabalhista.
26	Direito	Nas prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem.
27	Direito	A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal suspende a execução do julgado.
28	Direito	Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
29	Direito	Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
30	Direito	Cabe agravo de petição de prazo de 5 (cinco) dias das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções.
31	Direito	No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal será exigido em qualquer hipótese e corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

32	Direito	Interposto o recurso, será notificado o recorrido para oferecer as suas razões, em prazo igual ao que tiver tido o recorrente.
33	Direito	Consoante Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
34	Direito	É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o preponente, segundo a regra do comparecimento obrigatório das partes em audiência. Por meio de recente alteração legislativa (Lei n.º 13.467/17), o preposto não precisa ser empregado da reclamada.
35	Direito	Anteriormente à Lei n.º 13.467/17, quando a reclamada não comparecia à audiência inaugural, era costume o juiz não aplicar a revelia se estivesse presente o advogado. Com esta lei, ainda que ausente a reclamada, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos que este vier a apresentar na sessão.
36	Direito	Quando um reclamante vem a falecer, é admitido que o viúvo e os filhos ingressem em juízo no polo ativo da demanda em curso, mediante apresentação da certidão de casamento e nascimento dos filhos ou por meio de certidão fornecida pelo INSS que comprove dependência das pessoas referidas. Não havendo qualquer impugnação da reclamada, geralmente, o pagamento é feito aos citados beneficiários, o que se chama sucessão processual.
37	Direito	A Lei n.º 13.467/17 não alterou a possibilidade de um empregado poder propor ação exercendo a sua capacidade de ser parte e sua capacidade postulatória (jus postulandi). Por este princípio, ainda consagrado na CLT, reclamante e reclamado poderão agir em juízo, independentemente da representação por advogado habilitado, o que não vale para interposição de recurso extraordinário.
38	Direito	Antes da Lei n.º 13.467/17, quando não havia acordo, o reclamado tinha vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não fosse dispensada por ambas as partes. A partir da vigência desta lei, a contestação deve ser sempre oferecida em meio eletrônico.
39	Direito	A CLT determina que o reclamante e reclamado devem estar presentes à audiência de instrução, sob pena de arquivamento do processo no primeiro caso, e de revelia no caso de ausência do reclamado, além de confissão quanto à matéria de fato.
40	Direito	Nas causas até dois salários mínimos o procedimento legal é o sumário e, nas causas de valor superior a quarenta salários mínimos, o ordinário. Embora haja mudança de rito, as matérias objeto de recurso podem ser as mesmas.

41	Direito	Mesmo antes da Emenda Constitucional 45/04, que promoveu um aumento considerável na competência material da Justiça do Trabalho, esta já julgava, excepcionalmente algumas controvérsias decorrentes da relação de trabalho, como é o caso da pequena empreitada.
42	Direito	Mário é advogado de Paulo numa reclamação trabalhista, em que este fora vitorioso. O juiz expediu uma guia de retirada para Paulo, que deixou de pagar o seu advogado. Considerando que o advogado prestou uma relação de trabalho, se Mário vier a cobrar os seus honorários deve ajuizar a demanda na Justiça do Trabalho.
43	Direito	O STF firmou entendimento de que a relação entre os trabalhadores dos cartórios e os titulares dos cartórios extrajudiciais é, tipicamente, de trabalho, devendo a lide entre tais trabalhadores e os cartórios extrajudiciais ser julgada pela Corregedoria dos Tribunais de Justiça.
44	Direito	Terminada a instrução, as partes poderão aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, o processo deve ser julgado.
45	Direito	Na hipótese de ausência do reclamante à audiência inaugural, mesmo sendo beneficiário da justiça gratuita, este será condenado ao pagamento das custas processuais, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.
46	Direito	Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, exceto se for parte ente da Administração Pública direta e indireta, caso em que se aplica o rito ordinário.
47	Direito	O processo judicial eletrônico (PJe) no Brasil é um fenômeno relativamente recente, especialmente na Justiça do Trabalho, e vem colaborando para a celeridade da tramitação processual. O primeiro marco legislativo da informatização do processo judicial foi a Lei 11.419/06. Além disso, a Justiça do Trabalho teve grande protagonismo nesta ferramenta.
48	Direito	A resposta do réu, no processo do trabalho, é restringida à contestação. Portanto, se o reclamado desejar postular contra o reclamante deve ajuizar uma ação própria ou realizar um pedido contraposto na contestação.
49	Direito	Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação e, não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á, obrigatoriamente, em arbitral. Mesmo assim, as partes podem celebrar acordo que ponha termo ao processo, mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

50	Direito	<p>Considere que uma empregada reclamou, junto à SRTE, a recusa da empresa FAZ DE TUDO LTDA., sua empregadora, em realizar anotação na CTPS. A SRTE, por sua vez, remeteu o processo à Justiça do Trabalho. Nesse procedimento, há exceção ao princípio dispositivo que rege o processo do trabalho.</p>
51	Direito	<p>Em relação à alteração dos contratos de trabalho, assinale abaixo a alternativa INCORRETA:</p> <p>a) é lícita a alteração unilateral determinada pelo empregador, ainda que resulte prejuízo ao trabalhador;</p> <p>b) não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança;</p> <p>c) a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente, que não será incorporada, independentemente do tempo de exercício da respectiva função;</p> <p>d) nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.</p>
52	Direito	<p>52. Assinale a resposta CORRETA:</p> <p>a) ao empregador é autorizado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio;</p> <p>b) é ilícita a transferência do empregado, ainda que decorra da extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado;</p> <p>c) o §3º do artigo 469 da CLT assevera que, no caso de transferência, o adicional correspondente ou pagamento suplementar deverá observar exatamente 20%;</p> <p>d) as despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador.</p>
53	Direito	<p>Assinale a alternativa INCORRETA:</p> <p>a) o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;</p> <p>b) o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;</p> <p>c) o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por 02 dias consecutivos ou não, quando tiver que comparecer a juízo;</p> <p>d) o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por 01 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.</p>

54	Direito	<p>Assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>a) a suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho;</p> <p>b) no instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, não há necessidade de ser especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado, tampouco discriminado o seu valor;</p> <p>c) as dispensas imotivadas coletivas não se equiparam às individuais, sendo necessária a autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação;</p> <p>d) constitui hipótese de justa causa para rescisão do pacto laboral a condenação criminal do empregado, ainda que não tenha transitado em julgado a decisão.</p>
55	Direito	<p>Assinale a alternativa INCORRETA:</p> <p>a) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, exceto se garantida caução;</p> <p>b) A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual e, por isso deverá indicar, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições;</p> <p>c) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito;</p> <p>d) As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o presidente do tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.</p>
56	Direito	<p>É CORRETO afirmar que:</p> <p>a) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar ;</p> <p>b) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é cabível à parte renovar o pedido, sob os mesmos fundamentos;</p> <p>c) Ainda que se trate de indeferimento da tutela cautelar em razão de reconhecimento de decadência ou de prescrição, poderá a parte formular o pedido principal, podendo o Juiz deixar de reconhecê-las quando do julgamento deste, caso não renovado pela parte quaisquer dessas matérias em sua defesa em relação ao pedido principal;</p> <p>d) Não cessará a eficácia da tutela cautelar quando o juiz extinguir o processo sem resolução de mérito.</p>

57	Direito	<p>Consoante Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>a) Não poderá a parte realizar a juntada de documentos na fase recursal;</p> <p>b) Caberá agravo de instrumento, das decisões que denegarem seguimento a recurso, podendo o magistrado negar seguimento ao agravo de instrumento interposto, por meio de decisão fundamentada;</p> <p>c) Os embargos de declaração serão opostos em petição dirigida ao relator ou prolator da decisão, e serão apresentados para julgamento na primeira sessão subsequente à sua oposição;</p> <p>d) São irrecuráveis as decisões do Desembargador Relator que negar seguimento ou der provimento a recurso;</p>
58	Direito	<p>Analise as afirmativas a seguir:</p> <p>I. Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.</p> <p>II. A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições previdenciárias, em relação às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integram o salário de contribuição, inclusive, no caso de reconhecimento de vínculo empregatício, quanto aos salários pagos durante a contratualidade.</p> <p>III. Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Vara da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Vara do domicílio do empregado ou a da localidade mais próxima.</p> <p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>a) apenas I está correta</p> <p>b) apenas II está correta</p> <p>c) apenas III está correta</p> <p>d) apenas I e III estão corretas</p>
59	Direito	<p>Giovana foi contratada em Brasília para prestar serviços no Rio de Janeiro para o Banco Minas S/A, com sede em Belo Horizonte. Após o fim do contrato, ela pretende ingressar com reclamação trabalhista para receber indenização por dano moral em face de razão da alegação de assédio moral. Conforme previsão legal contida na Consolidação das Leis do Trabalho, a ação deverá ser proposta:</p> <p>a) em Brasília</p> <p>b) no Rio de Janeiro</p> <p>c) em Belo Horizonte</p> <p>d) em Brasília, ou no Rio de Janeiro ou em Belo Horizonte</p>



60	Direito	<p>No tocante à revelia no processo do trabalho, considere:</p> <p>I. Não é tolerado o atraso das partes no horário de comparecimento às audiências, mesmo que de cinco minutos.</p> <p>II. Quando o reclamado não comparece à audiência inaugural ocorre a revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.</p> <p>III. Quando a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato a ausência do reclamado não gera a confissão ficta.</p> <p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>a) apenas I está correta</p> <p>b) apenas II está correta</p> <p>c) apenas III está correta</p> <p>d) apenas II e III estão corretas</p>
----	---------	---

## GABARITO PROVISÓRIO

<u>QUESTÕES DE "V" ou "F"</u>				
1.F	11.F	21.V	31.F	41.V
2.F	12.V	22.V	32.V	42.F
3.V	13.V	23.F	33.V	43.F
4.V	14.F	24.F	34.V	44.V
5.V	15.F	25.F	35.F	45.V
6.F	16.V	26.V	36.V	46.F
7.V	17.V	27.F	37.V	47.V
8.F	18.F	28.V	38.F	48.F
9.F	19.F	29.F	39.F	49.V
<b>10.CANCELADA</b>	20.F	30.F	40.F	50.V

<u>QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA</u>
51. A
52. D
53. C
54. A
55. A
56. A
57. C
58. D
59. B
<b>60.</b>
<b>CANCELADA</b>